

RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.528 - RN (2019/0190127-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
RECORRIDO : EDVAN FRANCISCO DE ARAUJO
ADVOGADOS : MARIA DE LOURDES ALBANO - RN001650
VENÍCIO BARBALHO NETO E OUTRO(S) - RN003682
WAGNER LEANDRO DA SILVA - RN003619
SEMÍRAMIS DE ARAÚJO CAMPOS PORPINO - RN006902

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 3.373/58. FILHA SOLTEIRA, MAIOR E NÃO OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO. DIREITO À PERCEPÇÃO. IMPROVIMENTO.

1. Apelação de sentença que julgou procedente o pedido do autor para declarar a nulidade do Processo Administrativo n.º 25222.001.378/2017-16, a fim de que seja mantida válida a pensão civil instituída por seu genitor. Honorários sucumbenciais no percentual 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC.

2. Apela a FUNASA argumentando que o cancelamento da pensão é medida que se impõe, uma vez que a autora acumula a pensão com o exercício de atividade empresarial, bem como com benefício do RGPS. Aduz que não há dependência econômica, requisito necessário à concessão e continuidade do pagamento da pensão e que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é no sentido de que deve-se extinguir a pensão da Lei nº 3.373/58 quando comprovada a ausência de dependência econômica.

3. É pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que o benefício de pensão por morte é regido pela legislação vigente à época da morte do instituidor. No caso em comento, o *de cujus*, ex-servidor público, faleceu na vigência da Lei nº 3.373/58, a qual, no seu art. 5º, parágrafo único, trata da manutenção do benefício à filha maior solteira. A citada lei apenas exigiu, para a concessão de pensão a filha solteira, maior de 21 anos, a permanência no estado civil solteira e a não ocupação de cargo público permanente.

4. Como restou demonstrado nos autos, a apelada permaneceu com o estado civil de solteira e não ocupou cargo público permanente, insurgindo-se a agravante apenas quanto ao fato de que a apelada percebe aposentadoria por idade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, fato que descaracterizaria a dependência econômica.

5. Não há impeditivo legal quanto à acumulação da pensão temporária em comento e a percepção de aposentadoria na iniciativa privada, bastando o atendimento aos requisitos previstos no art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58.

6. Diante da ausência de substrato jurídico nas alegações da agravante, deve ser mantida a sentença recorrida para restabelecer a pensão por morte da autora. Reconhecido o direito da postulante, fica mantida a antecipação de tutela anteriormente concedida pela sentença recorrida.

7. Apelação improvida" (fl. 202e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 222/249e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 3.373/58. FILHA SOLTEIRA, MAIOR E NÃO OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO. DIREITO À PERCEPÇÃO. REABERTURA DE DISCUSSÃO ACERCA DE MATÉRIA JÁ ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. ERRO MATERIAL RECONHECIDO DE OFÍCIO. SANEAMENTO.

1. Embargos de declaração da FUNASA de acórdão que negou provimento à apelação. Entendeu o acórdão embargado que a apelada permaneceu com o estado civil de solteira e não ocupou cargo público permanente, pelo que a lei lhe garante a pensão por morte, visto que o *de cujus*, ex-servidor público, faleceu na vigência da Lei nº 3.373/58, a qual, no seu art. 5º, parágrafo único, trata da manutenção do benefício à filha maior solteira.

2. Alega a embargante que apenas deu cumprimento a ato exarado pelo TCU, que considerou que o requisito da dependência econômica não mais existia com o desenvolvimento de atividade empresarial pela autora. Aduz que o julgado da Segunda Turma foi omissivo quanto à questão da dependência econômica e a ilegitimidade da FUNASA. Requer a discussão específica do art. 5º, II, da Lei n.º 3.373/58, desde logo prequestionado. Contrarrazões apresentadas.

3. O servidor instituidor da pensão aposentou-se como funcionário da FUNASA e o ato de cassação da pensão da demandante foi por ela praticado, pelo que a demandada é parte legítima na lide.

4. No que diz respeito ao requisito da dependência econômica, a matéria já foi alegada no ponto 5 da ementa da decisão impugnada: 'Não há impeditivo legal quanto à acumulação da pensão temporária em comento e a percepção de aposentadoria na iniciativa privada, bastando o atendimento aos requisitos previstos no art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58'.

5. Não é possível, em sede de embargos declaratórios, reabrir discussão acerca de questão já debatida e decidida.

6. Embargos de declaração improvidos. De ofício, verifica-se a ocorrência de erro material no acórdão embargado. Onde se lê "agravante", leia-se "apelante". Ausência de efeitos infringentes" (fl. 265e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 5º, II, parágrafo único, da Lei 3.373/58 e 485, VI, do CPC/2015, sustentando que:

"DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA FUNASA. CUMPRIMENTO DE ATO EMANADO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 485, VI, DO CPC.

O acórdão recorrido merece reforma no tocante à legitimidade da FUNASA para figurar no polo passivo da demanda, porquanto o ente público é parte ilegítima para figurar no polo passivo do presente feito. É inegável que a existência da legitimidade passiva tem a ver com a existência do direito material e de circunstâncias que indicam existir uma responsabilidade do demandado em relação ao demandante. Se não ocorrer essa relação de direito material, sob o enfoque da responsabilidade, não pode haver legitimidade passiva.

No caso em tela, a FUNASA apenas cumpriu ordens do Tribunal de Contas da União, com base na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 13/2013, bem ainda, as determinações do Acórdão nº 892/2012 e 2.780/2016, ambos do E. TCU – Tribunal de Contas da União, o que demonstra a necessidade de imediata extinção da ação por falta de uma de suas condições essenciais, uma vez que há total ilegitimidade passiva *ad causam* da parte que figura na qualidade de ré.

O disposto no Acórdão do TCU informando as providências a serem tomadas, não deixa dúvida no sentido de que a FUNASA atuou em pleno respeito aos princípios da Legalidade, da Supremacia do

Interesse Público sobre o Privado e das regras de competência no âmbito da Administração Pública Federal.

(...)

Resta claro, portanto, que a FUNASA não detém mais do que mera competência executória e vinculada para exercer o ato ora impugnado que, à ordem emanada do TCU, deve ser cumprido.

Assim, requer a UFRPE a reforma do acórdão para que seja extinto o feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC.

Na remota hipótese de ser mantido o acórdão no tocante à permanência da FUNASA no polo passivo da demanda, o que se admite apenas em apego ao debate, resta irrefutável a necessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário, mediante o ingresso da União— representando judicialmente o TCU - no feito, sob pena de total nulidade do processo, por falta de uma de suas condições essenciais.

DA INTERPRETAÇÃO INDEVIDA AO ART. 5º, II, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 3.373/58.

O cerne da demanda diz respeito à possibilidade de percepção de pensão, nos termos do art. 5º, II, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, independentemente da existência de dependência econômica.

Assim dispõe o aludido dispositivo legal, *in verbis*:

(...)

Em que pese o dispositivo legal supra não fazer menção expressa à dependência econômica do beneficiário da pensão, é óbvio que a tal condição configura requisito indispensável à percepção do benefício em tela, visto que seria absurdo o recebimento de pensão por pessoa maior que possui recursos próprios suficientes para o seu sustento.

A melhor hermenêutica jurídica exige que o dispositivo legal supra não seja interpretado de maneira literal, dispensando o requisito essencial indispensável ao pagamento de toda e qualquer pensão, qual seja a existência de dependência econômica.

(...)

Considerando a realidade atual, não se encontra razões para que lhe seja conferida presunção relativa (e muito menos absoluta) de dependência econômica. Deve ela comprovar, pelos elementos que se fizerem necessários, a condição de dependência, requisito essencial para obtenção do benefício de pensão por morte.

Nesse diapasão, faz-se imprescindível observar as orientações contidas no Acórdão TCU nº 892/2012, que determinou o sobrestamento do pagamento dos benefícios das autoras, maiores de 21 (vinte e um) anos de idade instituídos com base na Lei nº 3.373, de

12/03/1958, visto não haver comprovação da dependência econômica em relação aos instituidores.

(...)

Assim, por dever institucional e em defesa do erário, o ente público recorrente tinha a obrigação de proceder com sobrestamento do pagamento dos benefícios então concedidos, por ausência de condições para a sua manutenção, salvo se restasse comprovado pela recorrida que persistia o requisito da dependência econômica.

Entretanto, o acórdão negou provimento à apelação sob o fundamento de que o impedimento de cumulação dos benefícios previsto na Lei n.º 3.373/58 se restringia à hipótese de o beneficiário ser ocupante de cargo público permanente, afastando a incidência da Lei no caso concreto.

Ora, a fundamentação do acórdão é deficiente, uma vez que não é somente o cargo público que obsta a percepção da pensão, pois a pensão para a filha maior solteira estabelecida pela Lei n.º 3.373/58 objetiva resguardar a filha solteira que não dispunha de renda certa.

Dessa maneira, a interpretação a ser dada ao diploma legal (art. 5.º, II, parágrafo único, da Lei n.º 3.373/58), não pode fulminar a finalidade da norma.

É fato incontroverso que a beneficiária é titular de uma aposentadoria regida pelo RGPS, e que auferindo renda certa não figura mais como beneficiária da pensão especial.

(...)

No caso em tela, a percepção pela recorrida de benefício pelo RGPS faz desaparecer qualquer traço de dependência econômica a justificar a percepção da pensão paga pela FUNASA.

Sendo a recorrida capaz de prover o próprio sustento, há que se dar por extinta a pensão, eis que desapareceu um dos requisitos exigidos à sua concessão (dependência econômica), não havendo mais razão de existir. Temos, pois, que a mens legis foi a de proporcionar, depois da morte do servidor, a manutenção de sua família. A percepção cumulativa dos proventos de aposentadoria com os da pensão temporária da Lei n. 3.373/58 se apresenta contrária ao escopo do referido diploma legal.

Diante das razões acima expostas, verifica-se que o acórdão recorrido necessita ser reformado, para que se adeque a melhor hermenêutica jurídica aplicável aos benefícios previdenciários" (fls. 258/299e).

Por fim, requer "que o presente recurso especial seja conhecido e provido, para o fim de, restabelecendo a autoridades dos dispositivos legais violados, reformar o v.

Acórdão recorrido, julgando inteiramente improcedente o pedido formulado pela parte demandante" (fl. 300e).

Contrarrazões, a fls. 307/318e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 320e).

A irresignação merece parcial conhecimento e, nessa parte, não merece prosperar.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrida, objetivando o restabelecimento de pensão temporária por morte, concedida nos termos da Lei 3.373/58.

Julgada procedente a demanda, "para declarar a nulidade do Processo Administrativo n.º 25222.001.378/2017-16, a fim de que seja mantida válida a pensão civil instituída por seu genitor" (fl. 157e), recorreu a parte ré, restando mantida a sentença, pelo Tribunal **a quo**.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, registre-se que a tese de ilegitimidade passiva da FUNASA, por se tratar de mera executora de ato emanado do TCU, não encontra amparo no dispositivo apontado como violado (art. 485, VI, do CPC/2015), vez que o art. 485, VI, do CPC/2015 não possui conteúdo normativo do qual se possa extrair citada tese, nem para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Ressalte-se que, na forma da jurisprudência desta Corte, "considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação recursal que alega violação de dispositivos legais cujo conteúdo jurídico não tem alcance normativo para amparar a tese defendida no recurso especial" (STJ, AgInt no AREsp 1.475.659/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 07/11/2019). E mais, "a fundamentação declinada pelo recorrente em suas razões recursais deve guardar pertinência temática com o conteúdo normativo dos dispositivos legais tidos por afrontados, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgInt no AREsp 1.472.307/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/10/2019).

Além disso, ainda que tal óbice sumular pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, observa-se que o Tribunal de origem firmou que "o servidor instituidor da pensão aposentou-se como funcionário da FUNASA e o ato de cassação da pensão da demandante foi por ela praticado, pelo que a demandada é parte legítima na lide" (fl. 263e).

Neste contexto, o que se percebe é que a tese recursal – ilegitimidade passiva da FUNASA, por se tratar de mera executora de ato emanado do TCU – sequer foi

apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, em tais pontos, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

E, se não bastasse, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ

No mais, registre-se que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, em atenção ao princípio **tempus regit actum**, ocorrendo o óbito do instituidor da pensão temporária por morte na vigência da Lei 3.373/58, a filha de qualquer idade possui a condição de beneficiária, e nela permanece, desde que atenda a dois requisitos, quais sejam, ser solteira e não ocupante de cargo público permanente, isto é, a concessão (e manutenção) **independente de comprovação de dependência econômica**.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. LEI 3.373/1958. VIGÊNCIA À ÉPOCA DO ÓBITO. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 ANOS. CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA.

1. Controverte-se acerca de pensão por morte disciplinada pela Lei 3.373/1958, então vigente à data do óbito de seu instituidor.
2. **A jurisprudência do STJ, com base em interpretação teleológica protetiva do parágrafo único do art. 5º da Lei 3.373/1958, reconhece à filha maior solteira não ocupante de cargo público permanente, no momento do óbito, a condição de beneficiária da pensão temporária por morte.**
3. A respeito do tema, o STF, no julgamento do MS 34873/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin entendeu que 'viola o princípio da legalidade o entendimento lançado no Acórdão 2.780/2016, do TCU, no sentido de que qualquer fonte de renda que represente subsistência condigna seja apta a ensejar o cancelamento da pensão ou de outra fonte de rendimento das titulares de pensão concedida na forma da Lei 3.373/58 e mantida nos termos do parágrafo único do artigo 5º dessa lei'.
4. Extraí-se do referido julgado que a Corte Suprema firmou a orientação de que a lei que rege a concessão de uma pensão por

morte é aquela em vigor na data do óbito do titular. **Dessa forma 'enquanto a titular da pensão permanece solteira e não ocupa cargo permanente, independentemente da análise da dependência econômica, porque não é condição essencial prevista em lei, tem ela incorporado ao seu patrimônio jurídico o direito à manutenção dos pagamentos da pensão concedida sob a égide de legislação então vigente, não podendo ser esse direito extirpado por legislação superveniente, que estipulou causa de extinção outrora não prevista'** (MS 34873 AgR, Relator: Min. Edson Fachin, Segunda Turma, julgado em 14/12/2018, DJe-019 DIVULG 31-01-2019 PUBLIC 01-02-2019).

5. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.804.903/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. LEI 3.373/1958. VIGÊNCIA À ÉPOCA DO ÓBITO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE VINTE E UM ANOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

1. Consoante a jurisprudência do STJ, **caso o óbito do servidor público federal tenha ocorrido na vigência da Lei 3.373/1958, a filha maior possui a condição de beneficiária de pensão por morte temporária, desde que preenchidos dois requisitos expressamente previstos na referida legislação, quais sejam, ser solteira e não ser ocupante de cargo público permanente, não havendo qualquer exigência da comprovação de sua dependência econômica em relação ao instituidor.** Precedente: AgInt no REsp 1.695.392/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 5/6/2018.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.769.258/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/06/2019).

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar especificamente o Acórdão 2.780/2016 do TCU, decidiu que, "reconhecida a qualidade de dependente da filha solteira maior de vinte e um anos em relação ao instituidor da pensão e não se verificando a superação das condições essenciais previstas na Lei n.º 3373/1958, que embasou a concessão, quais sejam, casamento ou posse em cargo público permanente, a pensão é

devida e deve ser mantida, em respeito aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do *tempus regit actum*" (STF, MS 35.889 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 10/06/2019).

No mesmo sentido, dentre outros:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO 2.780/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDO COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 3.373/1958. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. PRECEDENTES.

1. Este Tribunal admite a legitimidade passiva do Tribunal de Contas da União em mandado de segurança quando, a partir de sua decisão, for determinada a exclusão de um direito. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte considera que o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 23 da Lei n.º 12.016/2009 conta-se da ciência do ato impugnado, quando não houve a participação do interessado no processo administrativo questionado.

3. **Reconhecida a qualidade de dependente da filha solteira maior de vinte e um anos em relação ao instituidor da pensão e não se verificando a superação das condições essenciais previstas na Lei n.º 3373/1958, que embasou a concessão, quais sejam, casamento ou posse em cargo público permanente, a pensão é devida e deve ser mantida, em respeito aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do *tempus regit actum*.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

5. Embargos declaratórios parcialmente acolhidos" (STF, MS 34.677 EMB.DECL. NOS EMB.DECL, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 07/05/2019).

"CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO 2.780/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). EXCLUSÃO DE PENSÃO DE FILHA MAIOR E SOLTEIRA COM BASE EM REQUISITO NÃO PREVISTO NA LEI 3.373/1958. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES. RECURSO

DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 23 da Lei 12.016/2009, conta-se da ciência inequívoca do ato impugnado.
2. **Segundo o art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958, as hipóteses de exclusão são restritas ao casamento ou posse em cargo público permanente. Dessa forma, a criação de hipótese de exclusão não prevista pela Lei 3.373/1958 (demonstração de dependência econômica) fere o princípio da legalidade.**
3. Essa conclusão reflete a posição, recentemente, fixada pela 2ª Turma (Sessão Virtual de 8.3.2019 a 14.3.2019), ao apreciar 265 Mandados de Segurança, todos de relatoria do Ministro EDSON FACHIN, que concluiu pela ilegalidade do mesmo Acórdão 2.780/2016 TCU.
4. Agravo interno a que se nega provimento" (STF, MS 35.414 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 05/04/2019).

Neste contexto, eventual vínculo empregatício privado e/ou recebimento de outro benefício previdenciário não impedem a concessão/manutenção da pensão temporária por morte, desde que atendidos os requisitos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58.

No mesmo sentido as seguintes decisões: STJ, REsp 1.837.964/PE, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 08/11/2019; STJ, REsp 1.799.100/PE, Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 10/10/2019; STJ, REsp 1.817.401/PE, Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 13/09/2019; STJ, REsp 1.817.349/PE, Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 13/09/2019; STJ, REsp 1.819.140/PE, Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 03/09/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora